

EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE: TERMOS UTILIZADOS E A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO NA FORMULAÇÃO DA POLÍTICA¹

Roseni Rosângela de Sena²
Rita de Cássia Marques³
Juliana Alves Viana Matos⁴
Aline Viveiros⁴
Kênia Lara Silva⁵

Introdução: a Educação Permanente em Saúde (EPS) apresenta-se como importante elo entre o cotidiano das organizações e o trabalho¹. A Política Nacional de Educação Permanente em Saúde –PNEPS (2007) propõe que os processos de educação dos trabalhadores da saúde se façam a partir da problematização e considera que as necessidades de formação e desenvolvimento dos trabalhadores sejam pautadas pelas necessidades de saúde das pessoas e populações². Essa concepção traz em seu cerne a perspectiva de mudança sobre os modos de ensinar e aprender no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), marcada também por mudanças no campo político. **Objetivos:** analisar o contexto e a conjuntura de elaboração da PNEPS buscando apreender como os discursos políticos são construídos. **Descrição metodológica:** trata-se de um estudo descritivo-exploratório de abordagem qualitativa sustentada no referencial teórico-metodológico da dialética utilizando como base a Análise Crítica do Discurso (ACD). A ACD, proposta por Fairclough (2001) permite a compreensão da conjuntura política, econômica e social da elaboração da PNEPS destacando as questões do campo da formação e da educação vigentes naquele momento histórico. Um dicionário foi elaborado, utilizando como referências o “Dicionário da Educação Profissional em Saúde” e dicionários de língua portuguesa, com os termos relacionados à EPS: educação, educação permanente, educação permanente em saúde, formação, qualificação, capacitação e recursos humanos em saúde. Foram identificados na PNEPS referências a textos anteriores, pesquisados e analisados à luz do dicionário. Uma busca simples foi realizada com uso de um software leitor de *PDF* em três documentos, a saber, “Reunião dos Coordenadores dos Pólos de Capacitação, Formação e Educação Permanente em Saúde da Família (2002)”, “Política de Educação e Desenvolvimento para o SUS: Caminhos para a Educação Permanente em Saúde (2004)” e a “Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (2007)”. Os dados quantitativos dos termos foram organizados em uma tabela para melhor visualização. **Resultados:** A análise do dicionário elaborado permitiu identificar que os termos apresentam-se de modo variado entre os documentos estudados. A palavra “capacitação” possui 158

¹ Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

² Enfermeira. Doutora em Enfermagem, professora emérita da Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: rosenisena@uol.com.br.

³ Historiadora. Doutora em História, professora associada da Universidade Federal de Minas. E-mail: rcmarques23@gmail.com.

⁴ Mestranda em Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais.

⁵ Enfermeira. Doutora em Enfermagem, professora adjunta da Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: kenialara17@gmail.com.

citações no documento de 2002, nove citações no documento de 2004 e não é citado no documento de 2007. Fato similar ocorre com os termos “qualificação” e “recursos humanos em saúde”. Por outro lado, “educação” apresenta uma crescente aparição nos documentos contando com 29 citações no documento de 2002, 347 no documento de 2004 e 96 no documento de 2007. A expressão “educação permanente em saúde” aparece oito vezes no documento de 2002 e 51 vezes no documento de 2007. Esse achado se relaciona ao contexto da influência política de indução de ações de educação permanente em saúde expressa nos textos. **Conclusão:** Os resultados tornam-se relevantes ao serem cruzados com os conceitos definidos pelo dicionário. Com eles, os documentos sobre EPS ganham novas possibilidades de análise, quando contextualizados historicamente. A introdução do dicionário e da quantificação dos termos na análise de documentos que subsidiaram a construção da PNEPS permitiu compreender o contexto de formulação da mesma. Assim, o estudo revela, no uso dos termos, o discurso político do movimento de construção da educação permanente em saúde no Brasil, no período estudado. **Contribuições para a Enfermagem:** O trabalho proporciona novas reflexões para o campo da educação permanente em saúde, contribuindo para o pensar e do fazer da Enfermagem neste campo de atuação.

Referências:

1. BRASIL. Ministério da Saúde. Política de educação e desenvolvimento para o SUS: caminhos para a educação permanente em saúde: pólos de educação permanente em saúde. Brasília (DF): Ministério da Saúde, 2004. 68p.
2. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.996, de 20 de agosto de 2007. Dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 22 ago. 2007.
3. PEREIRA, I.B. Dicionário da educação profissional em saúde. Rio de Janeiro. 2ª ed, Ed Revista e ampliada, 2008, 478 p. ISBN 97885987366.
4. FAIRCLOUGH, N. [1992]. Discurso e mudança social. Coordenação, tradução, revisão e prefácio de I. Magalhães. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001

Eixo: I – Modelos pedagógicos inovadores potentes para a formação generalista, ética e responsável de profissionais de enfermagem – A questão da quantidade versus qualidade.

Área Temática: 8 – Políticas e Práticas de Educação e Enfermagem.